



**ATA NÚMERO CINCO (MANDATO DE 2021-2025) DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO
DE 2022:_____**

_____ Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Sérgio Correia Costa Rodrigues, Primeiro Secretário e Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Segunda Secretária. _____

**_____ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO
DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____**

_____ Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas e trinta minutos. _____

_____ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Paula Maria Correia Soares, Rui Manuel Mendes Lopes, António Marques da Costa Pinto, Adelino Morgado Carneiro, substituídos nesta sessão por, respetivamente, Francisco Rafael Batista Gouveia, Jani Marlene de Sousa Amaral, Manuel Cardoso Dias e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques. _____

_____ A Assembleia Municipal estava assim constituída por: Cilene Gomes Lindinho, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, José Manuel Abreu Carvalho, Nuno Miguel Dias Marques, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Jani Marlene de Sousa Amaral, António

Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques.

REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.

Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges, do Vereador José Dias Batista e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.

INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos via *online* através do portal do Município.

Fez referência às ausências e respetivas substituições desejando, desde logo, as boas vindas aos elementos que estavam na Assembleia Municipal, pela primeira vez. Aludiu depois ao facto de ter rececionado o pedido de renúncia ao mandato oportunamente solicitado pelo deputado António Manuel Vicente Marques.

Concluiu esta parte da sua intervenção para informar que, com base no expediente rececionado, tinha sido elaborada a ordem do dia, a seguir transcrita, cuja documentação de apoio foi previamente disponibilizada:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA

1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

ORDEM DO DIA

2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E



DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** _____

_____ **3.1. *ARISTIDES DE SOUSA MENDES*** _____

_____ PROTOCOLO RELATIVO À GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DO PASSAL. PROJETO ARISTIDES DE SOUSA MENDES – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **3.2. *REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL*** _____

_____ ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **3.3. *REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL*** _____

_____ PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE DELIBERAÇÃO. _____

_____ **3.4. *CONDECORAÇÕES*** _____

_____ PROPOSTAS DE CONDECORAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **3.5. *TOPONÍMIA*** _____

_____ PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO AO LARGO DO MUNICÍPIO. ANÁLISE DELIBERAÇÃO. _____

_____ **4. *CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA*** _____

_____ PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. APRECIÇÃO. _____

_____ **5. *ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE CARREGAL DO SAL*** _____

_____ PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **6. *CPCJ DE CARREGAL DO SAL*** _____

_____ CIDADÃOS ELEITORES DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OFÍCIO DA

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De seguida foram tratados os assuntos a seguir descritos e tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois se encontrava em condições de ser votada, porquanto o projeto de ata foi enviado aos membros da Assembleia Municipal para receção de contributos, não se registando alterações de conteúdo.

Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, Sandra Cristina de Oliveira Cortês e Manuel Cardoso Dias e restantes votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Nuno Miguel Dias Marques, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Jani Marlene de Sousa Amaral, António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos.



—————**INFORMAÇÕES DIVERSAS.**—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida e expedida, que se encontrava arquivada em pastas próprias, poderia ser consultada sempre que os membros da Assembleia Municipal assim o desejassem. —————

—————De seguida destacou, entre as diversas participações, a representação na cerimónia de inauguração do CROA e da Bancada do Clube de Futebol de Carregal do Sal. —

—————Referiu-se depois à moção aprovada na sessão anterior sobre a Ribeira de Travassos, em Beijós, para informar que tinha rececionado um ofício da Assembleia Municipal de Nelas que dava conta de ter sido dado conhecimento do conteúdo dessa moção ao senhor presidente da Câmara Municipal de Nelas e respetivos vereadores em regime de permanência no sentido de ser regularizada a situação, pelo que o conteúdo da respetiva moção seria analisado na sessão seguinte da Assembleia Municipal de Nelas e as conclusões seriam oportunamente comunicadas à Assembleia Municipal de Carregal do Sal. —————

—————Continuou afirmando que chegou à mesa um voto de reconhecimento, emanado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e acordado com todas as restantes representações partidárias, nos seguintes termos: —————

—————**“VOTO de RECONHECIMENTO**—————

—————Proposta adstrita à alínea b) do artigo 62.º da Secção III do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Carregal do Sal: —————

————— - Considerando ser primordial reconhecer publicamente o desempenho tido, pessoal ou profissionalmente, por cidadãos que elevem reconhecidamente o nome do Concelho de Carregal do Sal, para além das suas fronteiras geográficas; —————

————— - Considerando a crescente notoriedade e a carreira ascensional notória e visível da banda Quatro e Meia; —————

——— - Considerando que o cidadão Rui Miguel Soares Marques é parte integrante da banda, assumindo nesta, papel primordial na qualidade de músico, bem como no papel primordial, insubstituível no histórico da sua constituição e, em particular, no nome que lhe dá corpo;—————

——— - Considerando o regozijo do cidadão Rui Miguel Soares Marques nas suas origens, fazendo dela publicitação amiúde;—————

——— - Considerando o êxito recentemente alcançado no passado dia 25 de junho de 2022 no concerto realizado no Estádio Cidade de Coimbra, estima-se perante uma assistência a rondar as 20 mil pessoas, facto que constituiu um feito que seguramente entra e perdurará nos anais da história da música portuguesa. Enalteça-se o facto de aquando da apresentação dos elementos que compõem a banda, foi assinalado que Rui Miguel Soares Marques, era natural de Currelos do Concelho de Carregal do Sal;—————

——— Propõe-se:—————

———O Grupo Municipal propõe a atribuição de um Voto de Reconhecimento, à magna Assembleia Municipal de Carregal do Sal, a Rui Miguel Soares Marques, músico oriundo da localidade de Vila da Cal, pertencente à freguesia de Carregal do Sal, Concelho de Carregal do Sal, que integra a Banda Quatro e Meia.—————

——— Propõe-se igualmente que o Executivo Municipal, em ato público e data oportuna, proceda ao competente reconhecimento de acordo com os considerandos exarados em epígrafe. —————

———O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista—————

———(António Jorge Ribeiro de Figueiredo)—————”

——— Foi colocada a votação a entrada do voto em causa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. —————

——— De seguida procedeu-se à votação do respetivo Voto de Reconhecimento, tendo o



mesmo sido aprovado por unanimidade. _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

_____ Dando continuidade aos trabalhos, declarou aberto o espaço para intervenção dos membros, aceitando inscrições, solicitando que os interessados tentassem ser o mais expeditos possível nas suas intervenções. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Apresentou cumprimentos. Começou a sua intervenção referindo que iria fazer uma pequena reflexão sobre o estado do Serviço Nacional de Saúde. Recordando que o mesmo foi criado por António Arnaut, histórico socialista, e que tinha como função principal assegurar o direito à saúde de todos os cidadãos de forma universal, compreensiva e equitativa, lamentou que, decorridos quarenta e três anos, o mesmo se encontrasse *em colapso*. A propósito referiu as notícias que são veiculadas pelos órgãos de comunicação social e que dão conta de serviços de urgência que fecham em determinados dias e horas; de grávidas obrigadas a terem os seus filhos a alguns quilómetros da sua residência e por vezes, até dão à luz em plena ambulância; é a falta de profissionais de saúde e técnicos; são as listas de espera que continuam a aumentar. Havia, afirmou, portanto, uma falta de resposta do Serviço Nacional de Saúde que afeta maioritariamente as camadas mais desfavorecidas da população. A tudo isto, disse, soma-se a degradação das condições de trabalho destes profissionais levando à sua desmotivação e tudo isto abria espaço para a expansão da oferta dos serviços privados. E questionou se o Partido Socialista era amigo dos grupos de serviços privados. Continuou referindo que vimos uma Ministra a nomear sucessivas comissões; a Diretora Geral da Saúde a pedir para que não se adoeça em agosto; o Primeiro-ministro a desculpar-se com a pandemia e o Ministro das Finanças a afirmar que não falta dinheiro para o Serviço Nacional de Saúde. Referindo que o povo escolheu e inclusive deu a maioria absoluta ao

Partido Socialista, questionou se a Saúde não estaria mesmo em colapso e que agora só faltava dizerem que a culpa é da oposição. Após esta reflexão dirigiu-se ao senhor presidente da Câmara Municipal para solicitar, considerando que ocupava um cargo de responsabilidade, que olhasse para este estado de coisas e envidasse esforços no sentido de zelar para que os munícipes tenham consultas médicas atempadas evitando o agravamento do estado de saúde de muitos e não passassem horas e horas à espera para serem atendidos, muitas das vezes, por coisas muito simples. _____

_____ Mudando de assunto questionou, em nome da bancada do Partido Social Democrata, se o senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento do número de animais errantes que se reproduzem de forma descontrolada um pouco por todo o Concelho e o que é que estava a ser feito para controlar essa situação. Continuou a sua intervenção questionando se existia no Município apoio às famílias com carências económicas e sociais que possuem animais de companhia referindo que existe um programa designado “Cheque Veterinário” que visa prevenir abandono dos animais e que já está implementado em vinte e oito concelhos considerando-o uma mais-valia. _____

_____ Continuou a sua intervenção questionando para quando estava previsto o restauro do asfalto na Rua das Corgas, em Fiais da Telha, onde tinha sido feita uma intervenção recentemente. _____

_____ Prosseguiu questionando, em nome da bancada do Partido Social Democrata, se aquilo que tinha sido afirmado na anterior reunião sobre o anterior executivo ter gasto num ano a verba considerada para os dois anos do projeto Carregal Educa correspondia à verdade. _____

_____ *Francisco Rafael Batista Gouveia* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para questionar em que ponto estavam os concursos para a entrada de novos médicos no Centro de Saúde local. _____



—————Depois felicitou o anúncio da vinda de uma nova empresa para o nosso Concelho desejando que tal fosse sinal de prosperidade e desenvolvimento industrial e empresarial.—

—————Por fim, e em nome da bancada que integra deixou uma palavra de reconhecimento às coletividades do Concelho que mantêm viva a tradição das Marchas Populares e, nesse sentido, de forma particular às respetivas associações e localidades designadamente Fiais da Telha, Oliveira do Conde e Beijós.—————

—————*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Apresentou cumprimentos. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, solicitou esclarecimentos sobre um dos *slogans* da respetiva campanha e governação – transparência, afirmando que lhes parecia que isso não se verificava alegando que, quando publicamente eram solicitados esclarecimentos sobre situações concretas, naquela Assembleia Municipal, a resposta era vaga, e com a agravante de que “a explicação seria dada em privado...”. Questionou então onde estava a transparência que tanto apregoavam.—————

—————Prosseguiu a sua intervenção referindo que o Regimento da Assembleia Municipal, no ponto três do artigo vigésimo terceiro, permitia que os vereadores pudessem intervir por solicitação do plenário. Assim, e porque o atual executivo estava em funções há cerca de oito meses, solicitou ao vereador Luís Fidalgo que fizesse um balanço do seu desempenho no contexto executivo e um balanço à gestão e trabalhos desenvolvidos pelo executivo municipal nesse hiato de tempo.—————

—————*Nuno Miguel Pais Seabra* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para deixar três considerações: a demonstração de satisfação pela assinatura do contrato referente à requalificação da Casa do Passal e o facto de tal ter acontecido precisamente na Casa do Passal; um agradecimento ao Executivo pela iniciativa Executivo no Território pois permite sentir a proximidade com todos os munícipes e uma palavra de reconhecimento pela continuidade das Marchas Populares. —————

———Aproveitou, ainda, para informar que o Carnaval de Cabanas de Viriato tinha estado em Torres Vedras, mais uma vez, através da participação de cento e vinte pessoas, engrandecendo Cabanas de Viriato e o Concelho.———

———*Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Após apresentar cumprimentos, questionou a Vereadora da Educação sobre o projeto Carregal Educa e, no seguimento disso, solicitou esclarecimentos sobre o que se estava a passar no Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal.———

———*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Apresentou cumprimentos. Começou a sua intervenção parabenizando todas as associações que mantinham o seu dinamismo e, de forma particular, no mês em causa, aquelas que tinham levado a efeito as tradicionais Marchas Populares.———

———Depois questionou o motivo da alteração da data da sessão da Assembleia Municipal para quarta-feira quando o dia seguinte é de trabalho e, nesse sentido, solicitar que, numa próxima situação similar, seja tida em linha de conta esta situação pois é sabido que as sessões costumam decorrer até tarde.———

———De seguida dirigiu-se ao vereador José Dias Batista para o questionar sobre a resposta dada, na sessão anterior da Assembleia Municipal, ao munícipe Jorge Figueiredo dos Santos referente a uma mangueira colocada na Quinta da Cerca, na Póvoa da Pégada, em que o senhor vereador referiu que estaria disponível para prestar os devidos esclarecimentos em privado. Prosseguiu questionando quais eram os contornos que só poderiam ser explicados em privado quando ali, na sessão da Assembleia Municipal, se tratavam de assuntos públicos.———

———Dirigiu-se depois ao senhor Presidente da Câmara para o questionar sobre o porquê de ter visto um camião da Câmara Municipal de Carregal do Sal a descarregar material no Lar, localizado na Estrada de Pinheiro que supunha, era propriedade sua.———



——— *Presidente da Assembleia Municipal* - Usou da palavra para esclarecer que a data inicialmente prevista era dezassete de junho e coincidia com um fim-de-semana prolongado por ser feriado na quinta-feira. Ora, na semana seguinte, comemorava-se o Dia de São João e a sexta-feira seguinte seria demasiado tarde para realizar a sessão em causa por ultrapassar o mês previsto na lei. Assim sendo, e porque a reunião de Câmara Municipal seria no dia vinte e dois, entendeu agendar a reunião para o dia vinte e nove permitindo, dessa forma, a entrada de alguma documentação oriunda da reunião de câmara e passível de analisar na Assembleia Municipal. _____

——— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* –Apresentou cumprimentos. Começou por afirmar que a sua intervenção não ia no sentido de se opor, mas sim no sentido de obter um esclarecimento, pois que o artigo em causa diz e citou: “*sendo-lhes facultado intervir nos debates*”. Assim, e com base no conteúdo do regimento, considerou ser de questionar até que ponto seria aceitável conceder a palavra ao senhor vereador nos moldes em que foi solicitado. _____

———A Presidente da Assembleia Municipal, em relação à intervenção da deputada Manuela Campos, deixou à consideração do plenário a respetiva solicitação e competente intervenção do senhor vereador Luís Fidalgo. Dado não se ter registado qualquer oposição, aceitou que o supracitado vereador procedesse à sua intervenção. Deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. _____

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos a todos os presentes e àqueles que acompanhavam os trabalhos em suas casas. Depois solicitou à senhora Presidente da Assembleia Municipal que, antes da sua intervenção, fosse dada a palavra ao senhor Vereador Luís Fidalgo. _____

——— *Vereador Luís Fidalgo* – Apresentou cumprimentos. Começou por dizer que de facto estava em exercício de mandato há cerca de oito meses e por vezes as pessoas não

faziam ideia de quão constrangedor era assistir às reuniões da Assembleia Municipal sem poder manifestar qualquer opinião. Acrescentou que enquanto vereador tem essa possibilidade, quando a tem e por vezes deparava-se com reflexões internas sobre o estarmos na nossa vida. Nessas circunstâncias, muitas vezes nós interrogamo-nos sobre se vale a pena, porque temos uma passagem efémera por esta vida e nisso o Mundo é uma verdadeira democracia. Prosseguiu afirmando que, alguns dias antes, tinha lido algumas passagens de biografias de filósofos dos nossos tempos e de tempos passados e que refletiam e refletem sobre estas questões, questionando se nós somos assim, porque é que os homens lutam, matam e guerreiam por motivos fúteis; porque é que o que poderia ser uma discussão com respeito pelas coisas que são comuns se transformavam, por vezes, numa guerra de adversidades pessoais. Afinal, concluiu, o poder também é efémero. E nesse dia, ao ler quem foram os presidentes de Câmara do nosso Concelho, verificou que grande parte deles não sabia quem eram e nem nunca tinha ouvido falar deles. Por isso considerou que para que as coisas efetivamente mudem e não haja crispação, é necessário que a natureza humana mude, que as pessoas tenham uma personalidade aberta à tolerância e tudo isto disse serem valores intrínsecos. Prosseguiu afirmando que o menosprezo, o desprezo pelo outro e a perseguição do outro já não deviam ser do tempo atual pois o poder absoluto é inconcebível numa democracia estável e sustentável e infelizmente, em Portugal e no Mundo, o poder ainda é absoluto, considerou. E questionou o objetivo deste estado de coisas. Considerou então que, de há oito meses a esta parte, o primeiro objetivo foi e ainda o é hoje, diferente dos anteriores afirmando que este executivo saiu daquela que era a postura dos executivos anteriores. Para além disso, e porque o poder absoluto assenta em três premissas, que enumerou - dependências económicas, dependências familiares/pessoais e as dependências decisórias, afirmou que o senhor Presidente da Câmara cultivava essas premissas, por exemplo através do que designou



“engajar” as pessoas e os seus familiares porque se criou um emprego para uma prima ou um primo daí resultando uma subserviência que disse ser prejudicial para o exercício do poder. Prosseguiu a sua intervenção considerando que faltava transparência considerando que não é cumprido o estatuto da oposição; existia falta de informação sobre os principais assuntos de interesse público. _____

_____ Em relação aos oito meses de exercício questionou se foi objetivamente implementado algo de estrutural por exemplo na área do emprego, das oportunidades futuras, a não ser determinadas iniciativas que, umas vezes são da CIMVDL, outras vezes do próprio Município, mas que são muito efémeras. E acrescentou que a única medida que esperava se concretizasse era a possibilidade de vir a dita empresa checa para o nosso Concelho, pelo que, se tal se concretizasse, seria o primeiro a dar os parabéns ao Município, pois bem precisavam os nossos jovens, sobretudo os que se formaram e tinham capacidades para desenvolverem no Concelho as suas competências. Acrescentou que as obras que se viam pelo Concelho resultavam de candidaturas anteriores. E tudo isso o levava a crer que objetivamente não existia uma perspetiva estratégica que o Município e as pessoas precisavam pois via os munícipes desencantados ressaltando que a situação não era, no entanto de agora; pelo contrário, vinha de trás e também acontecia noutros municípios. Terminou com um apelo a todos e ao executivo pois Carregal do Sal não se governava só com festas, sardinhas e só com alguns. Continuou referindo que era efetivamente constrangedor ver que nas sessões públicas das reuniões da Câmara Municipal que se realizaram nas freguesias praticamente não se via ninguém para além dos elementos da Câmara Municipal e os presidentes de Junta de Freguesia eleitos pois a Câmara Municipal não era uma associação e não deveria ser gerida como tal. E nesse sentido reafirmou o desencanto dos oito meses de execução desse mandato e deixou um desafio para que as coisas mudassem, quer nas relações interpessoais, quer nas de todos

para o bem de todos em prol de uma posição estratégica para o nosso Concelho. —————

————— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder às questões levantadas pelos deputados da sessão. Dirigindo-se ao deputado António Baptista, assumiu que efetivamente existiam alguns problemas na área da Saúde e a preocupação era partilhada por todos os presidentes dos Municípios que integram a CIMVDL, pelo que tinha sido solicitada uma reunião com a senhora Ministra da Saúde, já agendada para julho desse ano, em que iriam dar conta das preocupações e inquietudes das populações. Acrescentou que estava convicto de que todos queremos um Serviço Nacional de Saúde robusto que dê resposta às pessoas, sobretudo às que mais necessitam. Quanto à reprodução de animais nas freguesias e eventuais colónias de cães e gatos disse não ter *feedback* por parte de nenhum presidente de junta de freguesia de que pudesse existir algum sinal de alarme, mas pelo facto de o ter referido iria diligenciar no sentido de aferir da real situação junto dos serviços e perceber se existia alguma área em que pudesse intervir até porque tendo o Canil um médico veterinário poderá considerar-se fazer alguma coisa sobretudo até usar o cheque veterinário para esse efeito. Em relação à Rua das Corgas afirmou que a empresa adjudicatária tinha algumas obras em atraso e aguardava-se a resolução de algumas delas para que depois pudessem vir e, de uma só vez, procedessem às reparações em causa. —————

————— Sobre o projeto Carregal Educa disse que iria responder à questão colocada pelo deputado António Batista e pela deputada Elisabeta Caldeira. Esclareceu então que tinha rececionado um documento do professor José Sousa Batista, ex-vereador do pelouro da educação, que fazia dois tipos de abordagem sendo a primeira política, pelo que a essa não iria responder e a segunda, técnica. Em relação a esta esclareceu que foram feitas duas candidaturas distintas – uma no Carregal Educa 1, que versava os anos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove e Carregal Educa 2. Relativamente à



primeira informou que a verba disponibilizada para Carregal do Sal foi de cento e noventa e seis mil euros que contemplava apoio técnico à medida sucesso escolar e outra para apoiar o reforço alimentar e, do valor total, ficaram por utilizar quarenta e seis mil euros que transitaram para o Carregal Educa 2. Desta segunda candidatura, coube a Carregal do Sal uma verba de cento e dezassete mil euros, dos quais setenta mil eram da nova rubrica e os restantes vinham da anterior. Prosseguiu afirmando que, se tivessem que levar em linha de conta o número de profissionais da anterior, atendendo a que essa verba teria de considerar o período temporal de janeiro de dois mil e vinte um a junho de dois mil e vinte e três, a verba não seria suficiente e por isso as Câmaras Municipais entenderam reformular todo o processo. No nosso caso, foi decidido entre o Município de Carregal do Sal e o Agrupamento de Escolas manter os quatro técnicos durante o ano de dois mil e vinte e um, cujo encargo foi de sessenta e cinco mil euros e os restantes – cerca de trinta e dois mil e quinhentos - foram gastos de janeiro a junho de dois mil e vinte e dois. Perante isto, ficaram disponíveis apenas cerca de quatrocentos euros para o que restava do ano de dois mil e vinte e dois e até junho de dois mil e vinte e três concluindo-se que o *plafond* do projeto Carregal Educa 2 estava esgotado. Questionou então se havia um contrato assinado com a empresa que colocava os quatro profissionais em funções no nosso Agrupamento, como é que o executivo poderia rasgar esse contrato assinado pelo anterior executivo e reformulá-lo. Portanto, a expectativa era que pudesse haver uma nova candidatura da CIMVDL em dezembro de dois mil e vinte e dois para poderem haver verbas para os anos letivos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco. Concluiu que não houve o planeamento que enquadrasse essa medida até junho de dois mil e vinte e três e não era possível fazer uma nova candidatura enquanto o modelo atual ainda estivesse em vigor. Assim sendo acrescentou que estava sob a alçada do Município enquadrar uma nova resposta para solucionar o problema para o próximo ano letivo, responsabilizando-se

financeiramente para o concretizar. _____

_____Ao deputado Francisco Gouveia respondeu que já estavam a decorrer os concursos para assistentes operacionais para o Centro de Saúde; quanto aos médicos, não estava aberto qualquer concurso, mas estavam ao serviço cinco médicos a tempo inteiro e dois a tempo parcial, cada um com vinte horas, pelo que o quadro de médicos do Centro de Saúde estava completamente preenchido. Sobre a nova empresa que se iria instalar no Concelho, afirmou que era com grande satisfação que todos os espaços do parque industrial de Oliveirinha estavam preenchidos e, a seu tempo, seriam feitas as respetivas escrituras sublinhando que a Câmara Municipal conseguiu negociar por forma a ocupar os seis espaços até então disponíveis. Uma das empresas que viria, pretendia colocar a trabalhar entre vinte a trinta jovens quadros superiores e o Município estava a tentar articular com os politécnicos no sentido de prepararem os jovens para ocuparem esses postos. Acrescentou que esteve sempre nos seus objetivos trazer emprego de qualidade para o nosso território e a empresa que agora viria era uma empresa multinacional que decidiu instalar-se em Portugal e após visitar vários locais e reunir com diversos autarcas optou por Carregal do Sal. A par, adiantou que a Câmara Municipal estava a negociar a ampliação do parque para poder responder a pedidos de mais empresas que pretendiam instalar-se no Concelho. Sobre as Marchas Populares, parabenizou todos os envolvidos e estendeu também os parabéns ao Carnaval de Cabanas de Viriato que, uma vez mais, se fez representar em Torres Vedras. _____

_____À deputada Manuela Campos, e sobre a transparência, respondeu ter-se tratado de um episódio pontual desencadeado pelo vereador José Dias Batista, pelo que se o mesmo quisesse fazer alguma referência, poderia fazê-lo, mas se a transparência a que se referia era ao facto de o vereador se ter disponibilizado para falar pessoalmente com a pessoa em causa, estavam conversados. Em relação ao balanço solicitado ao vereador Luís Fidalgo,



também estava feito, embora nunca tenha visto situação semelhante. _____

_____ Em relação à intervenção do presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato, regozijava-se com o que foi expresso acrescentando que havia muita gente no Concelho que nada via, mas o facto era que, em relação à Casa do Passal, tinha sido finalmente possível reformular o projeto; revisar os preços e lançar um concurso em que apareceram empresas interessadas aguardando-se, após a assinatura do contrato, o Visto do Tribunal de Contas. Sobre a iniciativa Executivo no Território, responder ser propósito do executivo fazê-lo e ir todos os anos, pelo menos, uma vez, às Freguesias do Concelho. E do que viu, contrariamente ao que disse o vereador Luís Fidalgo, havia sempre munícipes a assistirem. _____

_____ Prosseguiu referindo-se ao balanço do vereador Luís Fidalgo e afirmar que não tinha nada contra o facto de os vereadores intervirem quando solicitados, muito embora com outra especificidade, contudo a visão que o mesmo tinha do Concelho e do exercício da atividade do executivo era completamente diferente, sendo que não podia permitir que se pusessem em causa os serviços administrativos da Câmara Municipal. E referiu-se às atas para afirmar que era o doutor António Ribeiro que assumia essas funções há muitos anos – mais de trinta - e até então, inclusive nos mandatos anteriores em que o vereador Luís Fidalgo desempenhou funções, nunca se tinham levantado questões sobre a realização das mesmas, tempo e periodicidade. Constatou, por isso, com alguma surpresa, que volvidos pelo menos vinte anos até ao presente, que agora se pusesse em causa este serviço. Explicou o que aconteceu em relação às atas das reuniões de Câmara que ficaram em atraso referindo-se a duas situações devidamente explanadas. _____

_____ *Vereador José Dias Batista* – Apresentou cumprimentos. Sobre a questão levantada assumiu o risco calculado de ter afirmado o que afirmou ao munícipe Jorge Santos, mas agora não tinha alternativa e explicou que a questão levantada pelo munícipe

se prendia com uma questão ambiental e de alguma ineficácia e inoperância no que dizia respeito a alguns dos nossos sistemas de tratamento de águas residuais. Continuou afirmando que existiam problemas a esse nível na Póvoa da Pégada que tinham a ver com a poluição existente nos poços da sua propriedade derivado da inoperância da respetiva ETAR. Dado que o mesmo colocava em causa a sobrevivência de animais, o anterior executivo e, no seu entender, bem, procedeu a uma solução que passou pela colocação de uma rede de vedação ao longo do ribeiro por forma a evitar que os animais bebessem essa água. No entanto, e dado que posteriormente se continuaram a registar mortes de animais, por via do consumo de água dos poços que estaria também ela contaminada, tentou-se mais uma vez remediar esta questão, assumindo a Câmara o compromisso de levar água potável até à propriedade apenas e só para dar de beber a pessoas e animais no sentido da salvaguarda dos mesmos. Concluiu afirmando que esta solução terminaria quando deixasse de se verificar o foco de poluição, situação que só ficaria sanada quando estivessem em funcionamento as novas ETAR. _____

_____ Quanto à descarga de materiais com o camião da Câmara Municipal em frente às instalações do Lar, localizado junto à Estrada do Pinheiro, respondeu ser habitual, em situações de cedência de terreno de particulares para uso público, derivado da construção de muros, o Município, como contrapartida, ceder material aos proprietários, nomeadamente para a execução dos passeios resultantes dessa cedência de terreno, quando estes se disponibilizem para concretizar de imediato os mesmos, como foi o caso apresentado, ou seja, o Município forneceu o material para os passeios e o proprietário executou os mesmos. _____

_____ *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Usou novamente da palavra para pedir esclarecimentos pois tinha direcionado uma questão à senhora Vereadora da Educação e foi o senhor Presidente da Câmara quem respondeu. Acrescentou que, não



sendo especialista em legislação, solicitava um esclarecimento à senhora Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para esclarecer que cabe ao senhor Presidente da Câmara Municipal responder e, caso entendesse, é que delegaria.–

_____ *Nuno Miguel Pais Seabra* – Usou de novo da palavra para se pronunciar relativamente a algumas referências feitas pelo vereador Luís Fidalgo. Salvaguardando que não estando mandatado pelos presidentes de Junta de Freguesia do Concelho para o fazer, entendia esclarecer que, contrariamente ao que o senhor vereador Luís Fidalgo afirmou, se tinha alguma subserviência era em relação aos fregueses que o elegeram pois não existia qualquer pressão sobre a sua pessoa. Sobre a reunião descentralizada que decorreu na sua Freguesia, e em que curiosamente só apareceu uma pessoa, era habitual só comparecerem pessoas de um grupo partidário em todas essas reuniões. Continuou referindo-se ao facto de se falar muito em amigos nos últimos tempos, e assumiu que era amigo do senhor Presidente da Câmara Municipal há cinco anos. Apelou à memória de todos acrescentando que o Partido Social Democrata governou durante cerca de vinte e dois anos, com maioria absoluta, e todos sabiam das histórias que corriam, pelo que tinha de haver seriedade e não esquecimento político. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Apresentou cumprimentos. Referiu-se à intervenção do vereador Luís Fidalgo para afirmar que pensava por cabeça própria, tal como os restantes elementos da Junta de Freguesia de Beijós, pelo que não necessitavam de estar subjugados para cumprirem a missão que assumiram. Aproveitou para afirmar que considerou lamentável a forma como o vereador Luís Fidalgo se dirigiu à população da Freguesia de Beijós na reunião descentralizada que decorreu naquela Freguesia, pelo que esperava que ele tivesse feito um pedido de desculpas na sua intervenção. Concluiu que o que o movia e devia mover a todos era o desenvolvimento do Concelho e era para isso que

deveriam contribuir de forma proactiva criando uma visão estratégica a longo prazo. ———

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Voltou a usar da palavra para afirmar que estava ali para fazer mais e melhor e nunca desculpar os erros do presente com os erros do passado acrescentado que, por acaso, até tinham obra feita. Continuou referindo-se à questão colocada ao senhor vereador José Dias Batista para esclarecer que o tinha feito com o propósito de tentar perceber o que é que efetivamente tinha acontecido. Relativamente à descarga de material reiterou ter testemunhado essa situação e até poderia ter publicado uma fotografia que tirou, mas não o fez por entender que era naquelas sessões que se resolviam as questões. Acrescentou que tinha tido o cuidado de tentar aferir se existia algum protocolo de cedência com contrapartidas, mas não encontrou nada e por isso ter questionado o assunto. Terminou a sua intervenção deixando no ar a ideia de que lhe parecia desproporcionada a quantidade de material disponibilizado face ao terreno cedido. —————

——— *António Manuel Lopes Baptista* – Voltou a usar da palavra para dizer que não tinha gostado do que afirmou o presidente da Junta de Freguesia de Beijós pois tinha-se falado sobre questões que entendia serem em benefício e interesse do Concelho e dos carregalenses, dando o exemplo das questões levantadas relativas à Saúde, aos animais errantes e às obras, pelo que deveriam ouvir-se as opiniões dos outros, respeitá-las e aproveitar algo de positivo. Em relação à questão de justificar o presente com atitudes do passado, afirmou que deveriam evitar-se essas situações. —————

——— *Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo* – Voltou a usar da palavra para afirmar que, pegando na questão das atas, que deu como exemplo, o senhor Presidente transferiu aquilo que ele tinha referido para os serviços municipais como se estivesse a acusar os serviços e até o doutor António Ribeiro e não era isso que estava em causa pois a responsabilidade é sempre de quem dirige. Sobre a intervenção do Presidente da Junta de



Freguesia de Cabanas de Viriato, não iria questionar a amizade dele com o Presidente da Câmara Municipal e nada alterou em relação ao que tinha dito quanto ao exercício dos cargos e desenvolvimento de cada uma das terras. Ao presidente da Junta de Freguesia de Beijós, esclareceu que estava *online* e entendia que não desrespeitou ninguém. Esclareceu o que tinha acontecido alegando que alguém tinha dito “está mas é calado”, de uma forma que entendeu menos correta, quando estava no uso da palavra e isso levou-o a abandonar a reunião. Assim, acrescentou que a sua intervenção teve a ver com trabalho, com fazer. Sobre ser de um partido ou do outro, esclareceu que não estava ligado a nenhum; pensava pela sua cabeça e, por isso, não era com perseguições pessoais ou outras que o tiravam do Concelho. Prosseguiu afirmando que, enquanto candidato independente do Partido Social Democrata, o Partido não tinha porque se envergonhar de nada, pois, as obras existiam e estavam à vista, dando como exemplo, o edifício dos Paços do Concelho, o Complexo das Piscinas Municipais, a Biblioteca, o Museu, o IC Doze, o Centro Cultural.

——— Terminou fazendo votos para que, quem viesse a seguir, também não tivesse de se envergonhar do que eventualmente fizesse, referindo que não era como no caso da Casa do Passal em que o atual executivo, no seu entendimento, chamava a si o ônus da obra quando o projeto vinha do anterior executivo municipal. —————

——— *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou novamente da palavra para convidar o vereador Luís Fidalgo a ouvir a gravação da reunião, mas recordava-o de que o que ele tinha dito foi “o público que vá dar uma curva!”. —————

——— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Voltou a usar da palavra para invocar o artigo trigésimo segundo do Regulamento e afirmar que não tinha lido, em lado nenhum, algo que taxativamente obrigasse que os esclarecimentos fossem dados pelo senhor Presidente, pela Vereadora ou pelo Vereador, esclarecendo que se trata de um órgão colegial e não uninominal. —————

——— *Vereador José Dias Batista* – Usou novamente da palavra para esclarecer a deputada Sandra Cortês de que entendia importante perceber o enquadramento da sua resposta ao munícipe Jorge Figueiredo dos Santos e clarificou que, nessas assembleias, o que estava em causa era a poluição da Ribeira de Travassos com a questão da Câmara de Nelas. Atendendo às circunstâncias, entendeu que seria de bom tom dar as respetivas explicações pessoalmente. Em relação à questão dos materiais cedidos para o arranjo dos passeios em frente ao Lar, contíguo à Estrada de Pinheiro, deu nota de que numa fase inicial do protocolo não estava prevista essa situação, no entanto posteriormente houve abertura por parte do proprietário para a execução dos mesmos, como qualquer outro munícipe o pode fazer, tendo nesse seguimento sido efetuada a cedência do respetivo material. Deu nota de que nestes processos o Município acaba por ser desonerado da obrigatoriedade de mais dia menos dia ter que vir a executar integralmente a execução dos passeios. —————

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para sublinhar que a suspeita que a deputada Sandra Cortês tinha feito naquela sessão, e que recaía na sua pessoa, era grave e, portanto, gostaria que a própria materializasse de forma clara aquilo que estava a dizer, para se poder defender judicialmente. —————

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para afirmar que não poderia materializar essa questão pois verbalizou o que viu e pediu os esclarecimentos naquela sessão. Reiterou que tinha procurado documentos que sustentassem a questão e não encontrou. Acrescentou que, sendo presidente da Câmara Municipal e dono daquela obra – o Lar, deveria ter salvaguardado a situação desde o início. —————

——— De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal declarou este ponto encerrado. -

ORDEM DO DIA

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA



—————APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. —————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal tendo em vista a apresentação da informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que a informação foi enviada e, se tivessem dúvidas, estava à disposição. —————

—————*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para pedir esclarecimentos em relação à alínea um ponto um, referente ao filme “O teu Rosto Será o Último” e questionar qual foi o tipo de apoio da Câmara Municipal. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para informar que o apoio em causa foi materializado através do pagamento de algumas refeições do elenco. Acrescentou que, como contrapartida, a Câmara Municipal exibiria alguns filmes da mesma produtora e a promoção de Oliveira do Conde e do Concelho até à altura em que seria feito lançamento do filme. —————

—————3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL—————

—————3.1. **ARISTIDES DE SOUSA MENDES**—————

—————PROCOLO RELATIVO À GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DO PASSAL. PROJETO ARISTIDES DE SOUSA MENDES – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para informar que, tal como tinha sido comunicado, este ponto foi retirado da ordem do dia

e seria oportunamente reagendado, de acordo com o que foi transmitido, através de ofício emanado da Câmara Municipal e que se prendia com o facto de o mesmo não ter sido analisado em reunião da Câmara Municipal. _____

_____3.2. **REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL**_____

_____ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Informou que a Câmara Municipal tinha reparado que curiosamente, tendo nós Aristides de Sousa Mendes como referência concelhia, não fazia sentido não integrarmos a Rede de Judiarias. Nesse sentido, acrescentou, foi realizada uma reunião em Belmonte, com algumas pessoas ligadas à respetiva Rede e, entendeu-se que fazia todo o sentido que Carregal do Sal a integrasse pois poderá trazer muitos dividendos para o Concelho após a sua divulgação. Prosseguiu esclarecendo que, perante esta adesão, o Município pagará uma anuidade de mil euros, pelo que foi esse o compromisso assumido. Acrescentou que, integrando esta Rede de Judiarias, e considerando que existirão algumas candidaturas no Portugal 20-30 e no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, será feita uma análise sobre eventuais candidaturas conjuntas e outras em torno da figura de Aristides de Sousa Mendes, pois o projeto global que temos referente ao Cônsul não se esgota na Casa; tem muito mais amplitude e poderá trazer muitos mais dividendos. _____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para, de forma sucinta, afirmar que, no seu entender e no do grupo parlamentar que representava, aquela candidatura fazia todo o sentido, pelo que só pecava por tardia, uma vez que o que existia até então a este nível era zero. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal colocou, de seguida, este ponto em



votação. _____

_____Face à mesma, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal para Adesão à Rede de Judiarias de Portugal. -

_____ 3.3. **REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**_____

_____PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação do assunto em apreço. - _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para, recorrendo a um ficheiro de *powerpoint*, apresentar as alterações efetuadas. Referiu as condecorações mais relevantes que são consideradas – Chave de Ouro do Município e Medalha de Honra do Município – Grau Ouro. Explicou depois as restantes condecorações consideradas em Regulamento e as novas contextualizações plasmadas no documento, de que destacou a inclusão de duas categorias – empresarial e Saúde e a alteração de Mérito Autárquico para Serviço Público, por ser mais amplo. No caso serão considerados os colaboradores do Município com mais de trinta e cinco anos de serviço, salvaguardando que, no ano em curso, e por questões logísticas e tendo em vista a dignidade que se pretendia conferir neste primeiro ato, seriam contemplados aqueles que têm quarenta ou mais anos de serviço. Acrescentou que o novo Regulamento prevê incluir, no futuro, uma Comissão ou Conselho Consultivo para apoiar no processo de atribuição das condecorações. No entanto, e para não colocar em causa o processo que decorrerá no Dia do Município, dezoito de julho de dois mil e vinte e dois, tal seria constituído para funcionar em anos

vindouros. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para questionar o porquê da pressa nessas condecorações uma vez que era reconhecido que era necessário fazer alterações ao Regulamento e até houve sugestões em reunião de Câmara nesse sentido. Nesse pressuposto, e em nome da bancada do Partido Social Democrata, apresentou a seguinte proposta: _____

_____ **Proposta de Alteração (Regulamento de atribuição de condecorações)** _____

_____ O Regulamento deve ser um instrumento bem articulado e fundamentado, no sentido de dar credibilidade e fundamentação às candidaturas e propostas de nomeações para a atribuição de condecorações, que no fundo são homenagens do Concelho a alguém que fez.

_____ Para não se correr o risco da banalização das condecorações, o regulamento deveria merecer uma revisão alargada, tendo em conta os seguintes aspetos: _____

_____ - criação de uma comissão independente, composta por pessoas de reconhecido mérito ou percurso de vida, que emitem parecer fundamentado dessa condecoração; _____

_____ - a definição de critérios para a atribuição dessas condecorações; _____

_____ - a atribuição das condecorações deveria ser por unanimidade, como acontece em muitos municípios.” _____

_____ *José Manuel Abreu Carvalho* – Apresentou cumprimentos. Depois, teceu considerações sobre a alteração ao Regulamento, salvaguardando que desconhecia o anterior. Ainda assim, disse que concordava quase na íntegra com a nota justificativa do que estava a ser analisado, mas entendia que deveria existir mais transparência no processo e, apesar de o articulado estar bem conseguido, deveria efetivamente contemplar



uma secção que elencasse o articulado referente à dita Comissão, *qui ça*, constituída até por pessoas que não sejam do Concelho. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para afirmar que iria tentar deixar o seu contributo na construção do Regulamento. Começou então por afirmar, apesar de concordar com o que foi dito, que o documento deveria considerar, no que diz respeito ao serviço público, outros serviços e não só Saúde pois, por exemplo, a Educação também é um serviço público, tal como o Humanitário. Terminou referindo que a pressa não enaltecia o processo. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para agradecer as intervenções anteriores e considerar que lhe parecia que todos estavam sintonizados pois era objetivo comum a criação de uma Comissão para aquele efeito, na perspetiva de não se deixar ninguém de fora e se conseguir uma consensualização. Acrescentou que, no entanto, e porque imediatamente a seguir na reunião de Câmara foi indicado quem eram as pessoas a condecorar, reunindo consenso, entendeu concretizá-las no imediato. Assim, esclareceu, o que foi feito foi dar um primeiro passo na alteração de um Regulamento datado de dois mil e catorze que certamente continuará a ser melhorado pois trata-se de um processo dinâmico. Prosseguiu referindo que praticamente todos os concelhos o faziam e com alguma tristeza, tinha percebido que esta Câmara Municipal nunca condecorou colaboradores, pelo que este foi o primeiro passo. Mantinha, portanto, a proposta em causa e assumiu que estaria disponível para alterar o documento no futuro próximo. _____

_____ *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Apresentou cumprimentos. Começou por dizer que andava há pouco tempo nas lides políticas, mas o ponto que se estava a analisar dizia proposta de alteração, análise e votação e não discussão e, por isso, a qualquer momento, um membro daquela Assembleia poderia apresentar uma proposta

de alteração ao documento. Terminou sublinhando que não entendia que estivessem ali para discutir, mas tão só para analisar e deliberar. _____

_____ *José Manuel Abreu Carvalho* – Voltou a usar da palavra para afirmar que percebeu o que quis dizer o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde, pelo que a carapuça não lhe servia, uma vez que a sua intervenção tinha sido no sentido de dar um contributo para o futuro. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Voltou a usar da palavra e esclarecer que a bancada do Partido Social Democrata não queria alterar absolutamente nada; os seus elementos estavam a analisar o documento, a refletir sobre o mesmo e a ponderar o sentido da sua votação. _____

_____ Finda a análise deste ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 4 (quatro) votos _____

_____ Abstenções – 5 (cinco) votos _____

_____ A favor – 11 (onze) votos. _____

_____ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com quatro votos contra dos membros Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Nuno Miguel Dias Marques, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, cinco abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, José Manuel Abreu Carvalho, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Manuel Cardoso Dias e Jani Marlene de Sousa Amaral e onze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro



de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à alteração do Regulamento de Atribuição de Condecorações do Município de Carregal do Sal. _____

_____ 3.4. **CONDECORAÇÕES** _____

_____ PROPOSTAS DE CONDECORAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto da ordem de trabalhos. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para apresentar a proposta elencando as pessoas consideradas para condecoração justificando que tal seguia o critério vertido no Regulamento. Assim, na área cultural, propunham a Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato pelos cento e cinquenta anos de atividade ininterrupta; na área empresarial, a Farmácia Moderna, pela sua longevidade – cento e vinte e seis anos; na área da saúde, três médicos, um dos quais já falecido; na área de serviço público, os primeiros três presidentes de Junta de Freguesia do Concelho eleitos, mais antigos; na Medalha Municipal de Dedicção e Bons serviços, apesar de visar colaboradores com trinta e cinco anos de serviços, seriam condecorados, este ano, aqueles que tinham com quarenta ou mais anos de serviço que contemplaria sete pessoas, das quais uma do Município, quatro da área da Educação e duas da área da Saúde. Acrescentou que os vereadores tinham feito algumas propostas que seriam para incluir no ano seguinte. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para expressar que entendia que a proposta deveria ser votada individualmente pois poderiam concordar com a atribuição da condecoração a uns e não a outros. _____

_____ No seguimento desta intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal deixou à

consideração do plenário a votação na proposta global ou setor a setor. —————

————— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para afirmar que, salvo melhor entendimento, a proposta era oriunda do executivo como global, pelo que entendia que o plenário teria de a votar de igual forma, isto é enquanto proposta total. Assim, se eventualmente existisse um ou mais deputados que não concordassem com aquele pressuposto, o que deveriam fazer era apresentarem uma proposta formal que inviabilizasse a votação naqueles moldes. —————

————— Perante o exposto, a Mesa da Assembleia Municipal transmitiu que, caso assim o entendessem, poderiam então apresentar uma proposta no sentido de a proposta ser votada noutros moldes, que não no global e nesse caso estaria recetiva a aceitar uma proposta nesse sentido, que seria depois votada. —————

————— *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para afirmar que, ao votar a proposta no conjunto, corriam o risco de a mesma não ser aprovada, pelo que entendia que a votação deveria ser individual, por áreas. —————

————— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Voltou a usar da palavra para afirmar que o regimento consagra a possibilidade de que a formalização de uma proposta podia ser feita oralmente, podendo ser traduzida a escrito posteriormente. Sugeriu, entretanto, que, para se ultrapassar aquele impasse, fosse feita uma pausa de cinco minutos nos trabalhos para os líderes conferenciarem sobre aquela questão e poder chegar-se a uma conclusão. —————

————— Perante a anuência do plenário, a Presidente da Assembleia Municipal procedeu à respetiva pausa e os trabalhos foram retomados cinco minutos depois, concedendo, de imediato, a palavra ao plenário para que apresentação da decisão. —————

————— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou novamente para palavra para transmitir a decisão da reunião de líderes que ia no sentido de se fazer a votação da proposta global. Sublinhou ainda, a forma elegante, democrática e serena como decorreu



essa reunião de líderes e chegou a este entendimento. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, de seguida, colocou em votação este ponto. _____

_____Face à mesma, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou aprovar por unanimidade as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referentes a Condecorações a atribuir no dia dezoito de julho do ano de dois mil e vinte e dois, Dia do Município (Feriado Municipal). _____

_____3.5. **TOPONÍMIA** _____

_____PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO AO LARGO DO MUNICÍPIO. ANÁLISE DELIBERAÇÃO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Começou por esclarecer que iniciou o processo de atribuição de algumas honras a pessoas que desempenharam o cargo de Presidente do Município, ao abrigo do competente Regulamento tendo a Câmara Municipal deliberado homenagear Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva apresentando os fundamentos para a atribuição do topónimo, enquanto gesto que perpetua os feitos e ações daquele que foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal eleito. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para registar a satisfação pela proposta em causa e apresentar a seguinte Declaração de Voto, em nome

da bancada do Partido Social Democrata:_____

_____ **“Proposta de atribuição de topónimo ao Largo do Município** _____

_____ Caros Colegas _____

_____ É uma antiga tradição dos Municípios portugueses homenagearem individualidades e entidades que se destacam ou destacaram na Comunidade. Este reconhecimento público a cidadãos e Entidades coletivas faz-se, em regra, no chamado dia do Município que, quase sempre, coincide com o feriado municipal. _____

_____ Todos sabem o quão difícil e até problemáticas são as muitas propostas que são feitas para atribuição das homenagens municipais. Normalmente, quer os cidadãos, quer as Entidades propostas, não recolhem um julgamento público unânime do Concelho. Aliás, grande número dessas propostas, nem sequer a maioria de opiniões favoráveis recolhem. Estará nas mãos de quem conduz tais processos, a “arte e o engenho” para que as pessoas e Entidades a homenagear, concitem a maior consensualidade nos pressupostos e critérios para a atribuição do seu reconhecimento. A não ser assim, de nada valerá atribuir reconhecimentos municipais a cidadãos e Entidades, obedecendo a critérios pouco claros e que denotam, logo à partida, a discriminação e a proximidade aos poderes instituídos. _____

_____ A Câmara Municipal, um tanto precipitadamente, decidiu, de uma “penada”, alterar o Regulamento de Atribuição de Condecorações do Município de Carregal do Sal e apresentar propostas de homenagem a algumas Entidades e cidadãos, pouco curando de saber e cabalmente fundamentar muitas delas. _____

_____ Não é este o caso da homenagem proposta ao antigo Ex-Presidente da Câmara, Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva. Natural e residente na Vila e Freguesia de Oliveira do Conde, desapareceu do nosso convívio no mês de Abril de 2020, com 87 anos de idade. -

_____ Quando homenageamos alguém, pretendemos evidenciar e destacar os atos ou factos ligados ao homenageado que sejam merecedores de reconhecimento ou de



prestígio. _____

_____ Ora, a verdade incontestável é que o Dr. Artur Saraiva, sempre foi um cidadão participante e interventivo nas “coisas” do nosso Concelho. _____

_____ Foi aluno do Colégio Nun’Álvares e um destacado atleta do Clube de Futebol de Carregal do Sal. _____

_____ Nunca virou costas ao movimento associativo do Concelho, tendo desempenhado cargos em várias Associações, como sejam, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, Fundação José Nunes Martins, Universidade Sénior, onde foi professor e dirigente e Associações da sua Vila de Oliveira do Conde. _____

_____ Colaborou ativamente com outras prestimosas Associações do Concelho, como por exemplo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato, sendo autor do livro apresentado em 2010 no 75º Aniversário dos Bombeiros Voluntários desta Vila. _____

_____ Personalidade sempre ativa, já depois de ter deixado de exercer as funções de Presidente da Câmara, cursou História na Universidade de Coimbra. Conhecedor profundo da “história” do Concelho de Carregal do Sal, das suas terras e gentes, são de sua lavra alguns dos poucos livros editados no Concelho. Permitimo-nos destacar: _____

_____ “Oliveira do Conde – Subsídios monográficos” - 1997; _____

_____ “Donatários de Oliveira do Conde e Currelos” - 2006; _____

_____ “A Maçonaria e os Livres-Pensadores no Concelho de Carregal do Sal – 2017; _____

_____ “Forais de Oliveira do Conde 1286-1516” – Apresentação – 2011; _____

_____ “Sílvio Lima – um esboço biográfico” _____

_____ Assim como Herminio da Cunha Marques, o Dr. Jorge Saraiva, foi dos mais profícuos escritores Concelhios, com obra publicada. Por tal razão, em 2013, foi empossado como “Académico” na ALA – Academia de Letras e Artes de Portugal. _____

———O último cargo público que desempenhou foi o de Provedor de Município.———

———No ano de 2016 e nas comemorações do Dia do Município, a Câmara e Assembleia Municipal atribuiu ao Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro.———

———Pelo acima dito, naturalmente que a atribuição do nome de Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva, ao até agora designado “Largo do Município” em Carregal do Sal, merece a concordância da Bancada do PSD.———

———Carregal do Sal, 29 de Junho de 2022”———

———*Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para esclarecer que o nome do Largo do Município iria manter-se; o que a Câmara Municipal iria fazer era, ao lado da mesma, dar o nome Praça Dr. Artur Jorge Saraiva. Acrescentou que aquele era um processo contínuo, pelo que posteriormente seria homenageado Atilio dos Santos Nunes, cuja intenção já tinha sido transmitida à família.———

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, de seguida, colocou em votação este ponto.———

———Contra – 0 (zero) votos ———

———Abstenções – 0 (zero) votos ———

———A favor – 20 (vinte) votos.———

———Face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à atribuição do nome de Praça Dr. Artur Jorge Saraiva (Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva), ao espaço lateral ao Largo do Município, nesta Vila de Carregal do Sal, em cerimónia a levar a efeito no dia dezoito de julho do ano de dois mil e vinte e dois, Dia do Município (Feriado Municipal). ——



—————4. **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**—————

—————PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.
APRECIÇÃO.—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para apresentar este assunto da ordem do dia. Referiu que essa competência competia à Assembleia Municipal e quando começaram a redigir uma proposta, depararam-se com alterações à lei explicando-as e, por isso, o que estaria ali em causa era a sua apreciação para recolha de contributos. Esclareceu que após este passo iria ser submetido a apreciação do respetivo Conselho, depois à Câmara Municipal e posteriormente voltaria então à Assembleia Municipal, para deliberação. Informou que tinham, entretanto, introduzido uma pequena alteração designadamente no artigo décimo nono, em que foi adicionado um ponto. —————

—————A Assembleia Municipal apreciou a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Carregal do Sal. —————

—————5. **ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE CARREGAL DO SAL**—————

—————PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para apresentar o assunto em causa, abrindo espaço para intervenções, não se registando quaisquer inscrições, pelo que foi, de imediato, sujeito a votação. —————

—————Face à mesma, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta de Regimento da Assembleia Municipal Jovem de Carregal do Sal. —————

—————6. **CPCJ DE CARREGAL DO SAL**—————

—————CIDADÃOS ELEITORES DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OFÍCIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para apresentar este assunto da ordem do dia e informar que tinha recebido o ofício emanado da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal a dar conta de que a munícipe eleita, Teresa Maria Assis Duarte Diogo, não poderia assumir essas funções.—————

—————Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou uma proposta, nos seguintes termos:—————

—————PROPOSTA—————

—————O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe Cristina Isabel Marques Ferrão, na qualidade de cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal.—————

—————Carregal do Sal, 29 de junho de 2022—————

—————O líder do Grupo Municipal do Partido Socialista—————

—————(António Jorge Ribeiro de Figueiredo) ”—————

—————A Presidente colocou a proposta a votação do plenário, tendo-se registado o seguinte resultado:—————

—————Branco – 8 (oito) votos—————

—————A favor – 12 (doze) votos.—————

—————Face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou designar a cidadã Cristina Isabel Marques Ferrão, com doze votos a favor e oito votos em branco para



integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal. _____

_____ **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal deixou à consideração do plenário a continuação dos trabalhos uma vez que tinham passado três horas e meia desde o início da sessão. Considerando que estava em causa apenas o ponto em causa, o plenário entendeu dar continuidade aos trabalhos e a Presidente da Assembleia declarou aberto o espaço destinado à intervenção do público, aceitando inscrições. _____

_____ *Miguel Mamede* – Apresentou cumprimentos. Dado o avançado da hora, começou por solicitar que a participação do público passasse a ser no início daquelas sessões. Prosseguiu referindo-se à Educação no Concelho questionando se iria ou não haver terapia da fala e psicólogos e se existia ou não Conselho Municipal de Educação. Depois questionou o que se passava com os trabalhadores das escolas pois assistia-se a uma rotação sistemática dos mesmos, indagando se tal era propositado ou se existiria falta de pessoal. Ainda em relação à Educação, questionou se dois dias eram suficientes para a desinfeção da Escola. _____

_____ Dirigiu-se depois diretamente ao Presidente da Câmara afirmando ter recebido um convite para participar nas Festas do Concelho, que declinou, justificando o facto pela qualidade do cartaz, salvaguardando a participação da Mariana Rebelo, e pelos custos pois possivelmente não iria conseguir faturar naquelas Festas o montante que a Câmara Municipal cobrava para participação. _____

_____ Terminou a sua intervenção solicitando que comesçassem a pensar na iluminação de Natal para se evitar o que tinha acontecido no ano anterior. _____

_____ *Eduardo Macário* – Apresentou cumprimentos e começou por afirmar a sua concordância com a intervenção do munícipe anterior relativamente ao horário de

intervenção do público naquelas sessões. Depois questionou os critérios de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior pois havia alunos que recebiam mil euros e outros, zero. Acrescentou que havia casos em que apenas um elemento do agregado familiar trabalhava e os filhos não tinham direito a esse apoio, considerando que algumas situações deveriam ser limadas. Ora, no seu entendimento, estes apoios deveriam ser melhor distribuídos. Prosseguiu lamentando não haver fiscalização destas questões e, a propósito, deu o seu exemplo pessoal pois as suas filhas tinham usufruído de subsídios escolares quando ele regressou da Suíça por, em Portugal, ter trabalhado apenas cerca de duas semanas num ano e ser esse o rendimento que constava na sua declaração fiscal. Continuou a sua intervenção afirmando que quem não teve direito à bolsa nem sequer recebeu comunicação nesse sentido, o que entendia não ser muito correto.—————

————— Terminou referindo-se à paragem de autocarro localizada junto à Escola Secundária que, disse, estava a obstruir o passeio e poderia colocar em causa a segurança de, por exemplo, invisuais ou pessoas com mobilidade reduzida, pelo que sugeria que a mesma recuasse um pouco mais.—————

————— *José Sousa Batista* – Apresentou cumprimentos. Começou por afirmar que tinha dito em sessões anteriores que não iria frequentemente àquela Assembleia se certos comportamentos não existissem, pelo que considerando que tal não se tinha verificado e uma vez mais se fazia ali representar. Dirigiu-se depois ao Presidente da Câmara para afirmar que não havia necessidade de justificar os custos da participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa pois tudo o que fosse em prol da divulgação do Concelho seria de enaltecer. No entanto considerava que comparar os gastos da mais recente edição com as dos anos anteriores, demonstrava insensatez, uma vez que o Município se tinha feito representar nesses anos com *stand* próprio tendo, inclusive, conquistado uma distinção nacional, e no presente ano, a participação tinha sido no âmbito do *stand* da CIMVDL,



concluindo que não havia necessidade de uma vez mais, invocar o executivo anterior. ———

———Em relação às Festas do Concelho, idem, alegando que o Presidente podia e devia consultar o procedimento de adjudicação da edição pré-pandémica e afirmou que as opções que fazia, em termos organizacionais, tanto de cartaz, como de organização, eram da responsabilidade do atual executivo, com total legitimidade. No entanto, e atendendo a que o serviço tinha sido adjudicado, certamente fruto de uma necessidade sentida pelo executivo, questionou quantas empresas tinham sido consultadas para essa adjudicação considerando que a transparência não se apregoava, cultivava-se. —————

———Continuou referindo-se à Travessa do Barreiro, em Parada, para afirmar que assistiu, na última Assembleia, a uma *mise en scene* que deturpava o que se tinha passado em relação àquela via. Alegando que a abordagem tinha sido dramatizada, primeiro, com o protagonista Adelino Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Parada e depois, pela eloquência do Presidente da Câmara Municipal, afirmou ter registado a forma apoteótica como este último, no seguimento da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Parada, referiu que era uma promessa de há mais de vinte anos e que não tinha sido cumprida, dando a indicação de que foi este executivo que a concretizou. Assim, e socorrendo-se da última edição do “Uvas e Romãs”, referiu a listagem ali publicada em que eram elencadas as obras e em que constava a adjudicação da Travessa do Barreiro, em Parada, à empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda, pelo preço de cinquenta e quatro mil e setenta e oito euros e a iniciar em breve. Ora, tal atestava que, quando o Presidente atual iniciou as suas funções, a obra já estava adjudicada, à semelhança de muitas outras a que, disse, não iria rebater naquele momento. —————

———Prosseguiu a sua intervenção referindo-se à dívida da Câmara Municipal. Afirmou que, aquando da campanha eleitoral para as eleições autárquicas, a questão foi levantada pela candidatura do CICC e, de imediato, a candidatura do Partido Socialista tinha vindo a

público contrariar os valores divulgados alegando que se perspetivava outra dívida, inclusivamente com um gráfico. Recordando que, na última sessão da Assembleia Municipal, foram ali apresentados os valores da dívida e no *post* de *Facebook* divulgado se lia que se aguardava o fecho de contas de dois mil e vinte e um para poderem apurar o valor real da dívida, e bem, considerou. No entanto, quem se lembrasse dos valores que tinham sido apresentados inicialmente, concluiria quem disse a verdade ou quem a deturpou, o que não era de admirar pois muita gente invariavelmente ou chegava tarde às reuniões ou, muitas vezes, nem ia. Continuou afirmando que, mais caricato ainda era, para quem tinha, há duas assembleias atrás, idolatrado um documento de informação da atividade do senhor Presidente da Câmara como sendo algo extraordinário, o que não entendia, usarem uma apresentação que tinha sido apresentada em anos anteriores e deveria ter sido retificada para o ano em causa, ou seja era necessário alterar os valores, o que foi feito, mas também era necessário alterar as datas. —————

—————Relativamente às atas, recordou que tinha abordado esse assunto há duas sessões da Assembleia Municipal atrás e o senhor Presidente tinha dito que não era nada com ele. Por isso, admirava-se que algumas pessoas que o ladeiam aí nessa mesa, que foram vítimas, assembleia atrás de assembleia, com as atas que não estavam expostas, e agora as atas é o que se vê, concluindo “olha para o que eu digo e não olhes para o que eu faço”, ressaltando que na ocasião o executivo tinha três pessoas a tempo inteiro e nos tempos atuais tinha cinco – o Presidente e mais quatro. Afirmou, ainda, que o anterior executivo tinha sido massacrado pelo chefe da bancada do PSD, agora no Partido Socialista e atual Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara. Acrescentou que compreendia as atas e os atrasos na sua publicação, mas não era isso que estava a criticar; compreendia o trabalho excelente feito pelo Dr. Ribeiro e outros, mas as pessoas têm de ser coerentes e, por isso, se antes criticavam, agora também o deveriam fazer. —————



———Sobre o Regulamento de Atribuição de Condecorações, afirmou não perceber porque se enfatizava a saúde e não se incluía no item dos serviços públicos uma vez que a saúde também era um serviço público. _____

———Continuou afirmando que tinha ficado perplexo quando ouviu naquela Assembleia que a Câmara Municipal tinha cedido materiais para o Lar, contíguo à Estrada de Pinheiro, de que o Presidente da Câmara era proprietário, sem a existência de um protocolo de cedências com contrapartidas sublinhando que tal era muito grave. _____

———Sobre a educação no Concelho, questionou onde estava o Conselho Municipal de Educação pois sabendo que foi assumida a transferência de competências nessa área, a primeira coisa que deveria ser feita era a implementação do mesmo pois tratando-se de um órgão consultivo deveria ter sido consultado lamentando que nem sequer tivessem sido despoletadas diligências nesse sentido. Dirigiu-se depois à Vice-presidente interpelando-a sobre o facto de não ter defendido o pressuposto das turmas que existem no Concelho pois não o tinha feito em relação ao Jardim de Infância de Cabanas de Viriato. Acrescentou que, sendo dever dos elementos de qualquer executivo municipal interceder pela salvaguarda da manutenção de turmas e até criação de mais algumas nos respetivos concelhos, era impensável que a mesma tivesse colocado em dúvida a criação de uma nova turma naquele estabelecimento de ensino. _____

——— Prosseguiu para afirmar que, volvido algum tempo sobre o dia em que o Município cedeu o autocarro para a final do Jamor, teve conhecimento de que a Câmara Municipal tinha negado o transporte semanal a dois alunos da Escola Básica Aristides de Sousa Mendes para frequentarem a Sala *Snoezelan* – sala sensorial, da Escola Básica Nuno Álvares. Questionou o porquê dessa decisão e acrescentou que isso tinha provocado uma revolta, sobretudo junto dos professores nomeadamente dos do ensino especial. Deixou, a propósito, um louvor à Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato que, disse, e bem, tinha

arranjado alternativa e resolvido a situação. _____

_____ Referindo-se ao Carregal Educa esclareceu que a missiva que enviou sobre o assunto em apreço tinha sido dirigida ao senhor Presidente da Câmara Municipal com conhecimento aos Vereadores, aos líderes parlamentares, à Presidente da Assembleia Municipal, à Diretora do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal e ao Provedor do Município, por entender que deveria fazê-lo. Quanto às restantes questões relacionadas com este assunto, afirmou que o Presidente tem a faculdade de atirar areia para os olhos e deturpar o que lê, pois o Carregal Educa 1 contemplava três medidas enquanto o Carregal Educa 2 só considerava duas acrescentando que, nem o Presidente, nem ninguém do atual executivo, sabiam os números do projeto e só tiveram conhecimento dos mesmos quando os solicitaram aos serviços, cabendo essa responsabilidade ao chefe de equipa. Lançou então dois reptos ao Presidente: que lesse à magna Assembleia a parte onde José Sousa Batista escreveu para rasgar contratos e pedir-lhe que, na posse dos números, prazos e número de crianças e jovens que estão a ser intervencionados no âmbito do Carregal Educa, lhe apresentasse uma planificação do projeto até junho de dois mil e vinte e três. Acrescentou que se estava perante um projeto nacional que foi elaborado em formação de docentes e com os pressupostos de começar em data A e terminar em data B, o que não foi possível e teve que ser prolongado por ter sido considerado pertinente. _____

_____ Reiterou depois que preferia não estar naquela Assembleia, mas quando entendia que se diziam coisas que punham em causa a sua honra pessoal, tinha de se defender e continuaria a fazê-lo. _____

_____ Por fim deixou um reparo em relação ao que tinha acontecido na votação do ponto três ponto quatro, referente à proposta de condecorações, afirmando que aquilo que se passou estava errado pois a votação é uninominal e a reunião de líderes que aconteceu e para a qual foi feita uma pausa no decorrer dos trabalhos, deveria ter sido feito antes



daquela sessão. _____

_____ *Sónia Nascimento* – Apresentou cumprimentos. Referiu-se depois à atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior do Concelho informando que se tinha apercebido de que a Norma Técnica utilizada para esse efeito lhe parecia ter algumas falhas apontando como exemplo, o valor contabilizado para a sua atribuição são “outras bolsas” Questionou se existe mais algum regulamento para atribuição das mesmas, se há fiscalização e se há entrevistas. _____

_____ Terminou questionando se o Município tem algum problema com envio de *emails* pois só quem recebe Bolsa recebe *email* a notificar; os restantes, não recebem qualquer informação e têm de consultar Editais. _____

Para que as bolsas sejam atribuídas de forma mais justa, propõe que, se não existe, haja a elaboração de um regulamento mais preciso. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder aos munícipes.

_____ Ao munícipe Miguel Mamede afirmou que iria fazer tudo para acompanhar as crianças referenciadas nessas duas áreas e estão a tentar encontrar soluções. Garantiu que a Câmara tudo irá fazer para garantir esse apoio. _____

_____ Em relação ao pessoal, a Câmara não tem qualquer responsabilidade nessa matéria; essa competência é do próprio Agrupamento de Escolas. _____

_____ A desinfeção da Escola, terão de ser os técnicos a dizê-lo pois não domina essa questão. Relativamente aos incentivos ao comércio local, é uma preocupação do executivo e uma das medidas a adotar, em sede de regulamento de isenção e taxas, terá que ser de uma política mais facilitadora. Sobre a iluminação do Natal, referiu que o assunto já está a ser acompanhado e far-se-á uma coisa com outra dignidade. _____

_____ Em relação às Festas do concelho, delegou os esclarecimentos no vereador José Dias Batista, adiantando, desde logo, que nunca se iria conseguir um cartaz que agradasse

a todos e, portanto, pedia que lhes dessem o benefício da dúvida. Tentou fazer-se um cartaz equilibrado. _____

_____ Ao munícipe Eduardo Macário, iria responder a senhora Vice-presidente e sobre a paragem do autocarro, o senhor vereador José Dias Batista. _____

_____ Ao munícipe José Sousa Batista, considerou que, pelos *email's* e forma abusiva como se dirige, merecia que não respondesse, no entanto, iria fazê-lo. Mas se pretende que eu não lhe responda, eu vou contrariá-lo e responder-lhe. No *email* que enviou a todas as pessoas refere que o Presidente da Câmara e a Vice-presidente proferiram impropérios. Pois eu tenho aqui a transcrição da minha intervenção, na integra, na reunião de câmara e posso provar que não foram proferidos qualquer impropério como diz. _____

_____ Assim, e em relação à BTL, os números foram divulgados em função de perguntas que foram colocadas ao atual Executivo – limitámo-nos a repor a verdade e demonstrar os gastos efetivos. Quanto às Festas do Concelho, apesar de delegar os respetivos esclarecimentos no vereador José Dias Batista, afirmou que foram opções e cá estarão depois para assumir e fazer balanço. _____

_____ Sobre a Travessa do Barreiro, tudo estava adjudicado, mas existiam empresas que informaram que com o anterior executivo, não trabalhavam e, por isso, tivemos de encetar diligências e recorrer ao diálogo, bem como ultrapassar alguns constrangimentos que existiam com munícipes, na elaboração de protocolos que precisavam de ser concluídos. —

_____ Sobre a Casa do Passal, o difícil, e acontece em muitas Câmaras, é ter empresas que queiram fazer as obras e este executivo deu todos os passos certos para conseguir finalmente iniciar a obra. _____

_____ Em relação à dívida, o que dissemos mantém-se neste momento, se forem ativados os empréstimos, a dívida dispara consideravelmente, nomeadamente quando começarem a pagar obras como, a Casa do Passal, do Mercado de Ideias e ETAR de



Papízios e Currelos, certamente que a dívida vai crescer. No final de 2022, cá estaremos para fazer contas. _____

_____ Em relação às atas, eu nunca vi que numa Câmara, um Chefe de Gabinete faça uma ata e, para não haver atropelos, nós gravamos para se contextualizar *ipsis verbis* o que é dito. São da responsabilidade do Chefe da Administração Geral e assim continuarão a ser feitas. _____

_____ Sobre o transporte dos alunos, iria esclarecer a senhora vice-presidente e, em relação às turmas, a Câmara Municipal vai respeitar a decisão da DGEstE e tudo fará para salvaguardar os interesses do município. _____

_____ Em relação à deslocação ao Jamor, foi um compromisso assumido na CIMVDL pelos presidentes de Câmara dos municípios que integram a Comunidade. E assim foi, foram os munícipes de Carregal do Sal que foram e que tinham bilhete já adquirido para esse jogo, como previsto. _____

_____ Carregal Educa: o que faria se fosse Câmara, na altura da decisão inicial, era garantir que até junho de 2023, essas crianças iriam ter esse apoio, reformulando os cálculos em termos do número de técnicos. O que está em causa é não se ter precavido esta situação e deixarem-se 100 crianças sem este tipo de apoio até junho de 2023, porque fizeram uma programação deficitária que só garantiu verba até junho de 2022. Sobre os contratos, não queria que rasgasse os contratos, tal como eu não os rasguei, mas o meu dever é para com os professores e os encarregados de educação e, por isso, o que fizemos foi informar as pessoas e estamos cá para tomar posições, deixando garantia que as crianças não ficam sem apoio. _____

_____ Em relação à Sónia Nascimento, responderá a senhora vice-presidente. _____

_____ *Vice-Presidente* – Apresentou cumprimentos. Começou por se referir ao Conselho Municipal de Educação e informar que o que consta do regulamento é a realização de duas

reuniões ordinárias e eventualmente alguma extraordinária. Têm sido realizadas diversas reuniões com o Agrupamento de Escolas e a própria DGeste. _____

_____ Em relação às Bolsas de Estudo informou que existe efetivamente um regulamento que, concordamos, teremos de rever, mas não pudemos alterá-lo uma vez que o prazo de candidaturas era outubro. Em relação aos critérios de atribuição, esclareceu que não iriam alterar esse valor; sobre a notificação dos resultados desta candidatura, o que está definido é sair em Edital e é o que fazemos, mas estamos abertos a, doravante, fazermos essas notificações de igual forma para todos. _____

_____ *Vereador José Dias Batista* – usou da palavra para responder às questões colocadas referentes as Festas do Concelho. Sobre os preços indicados para os comerciantes/empresas locais que quisessem participar, é o que está estipulado. Há pessoas a participar, para alguns compensará, para outros não, dependendo do setor do negócio. Sobre a adjudicação – foi ajuste direto, tal como foi explicado anteriormente. _____

_____ Paragem do autocarro – não é nossa intenção deslocalizá-la, mas estamos a ponderar uma intervenção. _____

_____ Relativamente ao cartaz, é o que é. Deixou o repto para todos usufruirmos das Festas e que possamos confraternizar. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – complementou afirmando que essa foi uma decisão política; tudo o resto foi adjudicado de acordo com as normas em vigor. _____

_____ *José Sousa Batista* – em relação às atas referiu que nunca tinha mencionado o nome do Chefe da Divisão de Administração Geral ou do Chefe de Gabinete. Deixou um desafio para, frente a frente chegarmos a um entendimento em relação à dívida e ao Carregal Educa. _____

_____ Em relação ao dia da realização da sessão da Assembleia Municipal disse ter sido mal escolhido porque mesmo ao lado, no Centro Cultural, decorre a audição de finalistas e



ninguém do executivo marcou presença. _____

_____ Terminou dizendo não precisar da Câmara Municipal para nada; não estar à espera que lhe caia algo na mão; o seu intuito é defender a honra. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – referiu que marcava para quando quisesse uma reunião com o Agrupamento de Escolas, a CIM Viseu Dão Lafões e a senhora Vice-Presidente, para esclarecerem tudo o que tiver a ver com o Carregal Educa. Informou que o Adjunto representou o Presidente da Câmara na audição de Finalistas.

_____ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos três ponto dois, três ponto três, três ponto quatro, três ponto cinco, ponto quatro, ponto cinco e ponto seis da ordem do dia. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação esta minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

_____ Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída pelos membros Cilene Gomes Lindinho, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, José Manuel Abreu Carvalho, Nuno Miguel Dias Marques, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Jani Marlene de Sousa Amaral, António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de

Oliveira Marques. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu por encerrada a sessão quando era uma hora e quinze minutos. _____

_____ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

A Presidente da Assembleia Municipal,

Cilene Gomes Lindinho.

O Primeiro Secretário,

Sérgio Correia Costa Rodrigues.

A Segunda Secretária,

Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.